

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

**ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL TEMÁTICA TRIPARTITE
DA NR-29 (COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL PORTUÁRIA – CPNP)**

Data: 3 de agosto de 2017.

Local: Rio de Janeiro/RJ.

Participantes: Rosângela Mendes Ribeiro Silva (MTb/SRT/SP), Marco Aurélio Arruda Rocha (MTb/GRT Santos/SP), Fábio Luiz T. Dinelli (MTb/SRT/ES), Josemar Franco (MTb/SIT), Mauro Jose Rocha de Araujo (DPC/MB), Antonio Carlos Garcia Júnior (FUNDACENTRO), Evandro Lourenço (CODESP/SP/PAM), M. Cecília Prado (CODESP/SP), Elisangela Pereira Lopes (CNA), Mario Bastos Ferraz de Mendonça (SYNDARMA), Luiz Sérgio Soares Mamari (CNC), Rogério Porto Veleda (FENCCOVIB), Maria Cristina Dutra (FENOP), Maurício Guimarães (ABRATEC), Cleiton E. Pereira Lages (TECON/Rio Grande), Golbery Chaves Ferreira Júnior (PAM/Rio Grande/RS), José Adílson Pereira (CONTTMAF), Saul Airoso (CONTTMAF), Eduardo de Souza (CPATP/RJ), Lindolpho Tavares (Estiva/São Sebastião/SP), Maya Y. M. Fernandes (Sindconf/RJ), Nildes Sampaio da Silva (FNP/Sind. Portuário/RJ), Ednei O. Silveira (Sind. Bloco), Fabiano R. Oliveira (SINDACAPP), Marcos Ventura Alves (Vigias Portuários), Marcelo da S. Lima (Estiva/RJ), Edson Rodrigues (SETEMRJ).

A abertura da reunião foi feita pelo Sr. Luís Fernando Resano, Vice-Presidente Executivo do SYNDARMA, no Rio de Janeiro, que afirmou que as questões portuárias são muito importantes para a entidade, que não se afasta das discussões. Abriu as portas da casa para a realização da reunião. Todavia, não pôde permanecer, passando o SYNDARMA a ser representado pelo Com. Mario Bastos Ferraz de Mendonça, que também representou a bancada dos empregadores na mesa. A coordenadora, Rosângela Mendes, representante do governo na mesa, chamou o Sr. José Adílson Pereira, da CONTTMAF, para representação da bancada dos empregados na mesa. Após, a coordenadora informou que o principal assunto da pauta do dia é a discussão da redação do Plano de Ajuda Mútua – PAM – na NR 29 e que, por isso, a reunião contava com representantes do PAM do Porto de Santos e do PAM do Porto de Rio Grande como convidados. Passou-se a uma breve apresentação de todos os presentes. A coordenadora verificou as justificativas das ausências e a existência de quórum para a realização da reunião. Informou que encaminhou a redação dos itens do PCE que havia sido aprovada na reunião anterior para os representantes das bancadas patronal e dos trabalhadores e membros da bancada do governo. José Adílson disse que a discussão prévia também foi feita na bancada dos trabalhadores e que essa era uma boa prática que deve ser adotada por todas as bancadas, para adiantar os trabalhos. O Sr. Mario, representante do Syndarma, disse que a discussão prévia não é só importante, mas essencial. Mario sugeriu que fosse estabelecido formalmente um coordenador para cada bancada, para que as pessoas saibam a quem se reportar quando houver alguma sugestão. Ficou combinado que Mario e José Adílson tratarão nas respectivas bancadas para que fique decidido quem serão os representantes de cada bancada. Rosângela explicou que não houve visita antes desta reunião porque não houve tempo hábil para fazer a logística da visita, tendo em vista que a realização da reunião foi confirmada muito em cima da hora. Disse também que o ideal é que a visita sempre tenha relação com o que será discutido na pauta. Foi realizada a leitura da ata da

reunião anterior para aprovação. Após leitura e aprovação, a coordenadora informou que a redação dos itens do PCE aprovada na CPNP deverá, após fechamento do item sobre o PAM, ser enviada para aprovação na CTPP, na SIT, em Brasília.

Passou-se à discussão da redação da norma. Os itens do PAM, na NR 29, foram renumerados a partir do número 29.8.1. No primeiro item alterou-se a expressão “instalações portuárias de uso privado e retroportuárias” para “terminais de uso privado ou retroportuários e demais instalações portuárias conforme a Lei 12.815/2013, dentro ou fora do porto organizado”, nos moldes da redação que ficou acordada para o item 29.7.1 do PCE. O Sr. Cleiton trouxe a preocupação do PAM de Rio Grande de que a expressão “fugir do controle” possa significar a socialização do risco, por ser uma expressão aberta. Iniciou-se uma discussão na comissão. Mario sugeriu usar o termo “que vão além dos recursos”. José Adílson entendeu que o uso da palavra “recursos” pode limitar. O Sr. Evandro (porto de Santos), por sua vez, entende que a expressão “acidentes ampliados” é que pode limitar. Antônio Carlos, representante da FUNDACENTRO, ponderou que a retirada desta expressão pode minimizar a importância de um PCE para as empresas. Contudo, por fim, decidiu-se pela retirada da expressão “acidentes ampliados” com sua explicação, e a redação da parte final do item ficou “(...) para atuar em caso de acidentes que extrapolem a capacidade dos Planos de Controle de Emergência”. Para o item seguinte houve uma discussão sobre o uso do “estatuto” ou do “regimento interno” para o PAM, principalmente no que se refere ao conteúdo e às necessidades de alterações. Antônio Carlos disse que propôs o uso do estatuto para que se possa atribuir responsabilidades. Houve consenso na retirada do trecho “discriminando os recursos disponíveis e sua atuação em caso de necessidade”. Ficou também acordado que o documento deve ser registrado. Mamari lembrou que, já que envolve recursos e prestação de contas, dever ser usado o estatuto. José Adílson chegou a retirar a proposta de alteração. Todavia, a comissão continuou discutindo o objetivo da alteração, que é facilitar mudanças no documento que não precisam passar por trâmites burocráticos e custosos. Rosângela disse que o objetivo é que o PAM funcione, e que a NR29 tem que ser mais diretiva neste ponto, diferentemente de quando trata sobre o PCE, pois a Norma não pode criar obrigações para demais atores como a defesa civil e o Corpo de Bombeiros, por exemplo. Mario observou que, com relação ao uso de “estatuto” ou “regimento interno”, faltava segurança na Comissão com relação ao tema e que, para fazer uma alteração na Norma, este ponto deveria ser melhor estudado. A coordenadora lembrou que não havia a necessidade de aprovação de todos os itens na reunião. Mario sugeriu que quem mais deve se aprofundar no tema são os portos e os terminais, os quais devem estudar as consequências – sejam estas financeiras, burocráticas ou outras – de se adotar um estatuto ou um regimento interno, e sugeriu também que se deixasse o termo “estatuto” entre colchetes na redação preliminar, para posterior decisão. José Adílson lembrou que na reunião passada foi ele quem propôs a alteração de “estatuto” para “regimento interno”, mas que a redação proposta atende, pois ficou claro que um estatuto é necessário para os PAMs, principalmente no que se refere à atribuição de responsabilidades de atuação. Todavia, disse também ter ficado clara a necessidade de um regimento interno, mas que este seria previsto dentro do estatuto, pois o regimento interno permite a operacionalização de questões que demandam alterações mais frequentes, que não precisam passar pelas burocracias necessárias para alteração de um estatuto. Então, disse que o último texto proposto atende, apesar de não dar esta orientação, mas que, na prática, isso acontecerá, porque normalmente um estatuto prevê a existência de um regimento interno, o que facilitará a operacionalização do PAM. A bancada do governo concordou. Mas, com relação a este último texto, não se chegou a um consenso. O item 29.8.3 trata do simulado do PAM. Houve um consenso de que os simulados devem ser realizados em todas as instalações previstas no item 29.8.1, e não só nos terminais.

Rosângela sugeriu a exclusão da palavra “também”. Alterou-se a expressão “estudar falhas na organização” por “treinar e avaliar a organização”. A seguir, passou-se à discussão do item que trata do organograma do PAM, cujo desenho da estrutura havia sido apresentado por Antônio Carlos. José Adílson perguntou qual foi a metodologia utilizada para se chegar à estrutura organizacional que estava sendo proposta. Antônio Carlos disse que foi a partir da análise de ações que se fizeram necessárias em grandes acidentes, que o organograma apresentado teve origem na CETESB, que ele fez uma adaptação para a área portuária, e que a CETESB se inspirou em organizações internacionais. José Adílson perguntou se era a estrutura mínima e Antônio Carlos disse que sim, que podia ter mais, e que é o conselho de instituições que definirá como cada figura da organização vai funcionar, e não a NR. A proposta é apenas colocar uma estrutura mínima. Rosângela sugeriu, ainda, como questão de estrutura de norma, que o organograma viesse como anexo na Norma. Antônio Carlos disse que tem outras NRs que trazem algo parecido com o que ele tinha apresentado, isto é, quadros e imagens no miolo da norma. Rosângela ponderou que, por se tratar de um organograma, que pode sofrer alterações com mais frequência, seria mais fácil vir como anexo, inclusive para melhor visualização. Cleiton sugeriu que parte da estrutura que se carregou para o PAM estivesse no PCE. Trouxe como exemplo uma ação de rescaldo em determinado terminal, que pode ser necessária após um acidente e que pode durar muitas semanas, e que, por isso, não poderia contar com recursos humanos externos por tanto tempo. Outro exemplo seria a logística de recursos como alimentação e transporte para os brigadistas, que não deve ser fornecida pelo PAM, mas pela empresa responsável pelo acidente. E também, com relação à assessoria de imprensa, sugeriu que o PCE estabelecesse dentro do terminal um plano de gestão de crise, para que não ficasse tudo a cargo do PAM, como se houvesse uma socialização dos riscos. Disse que a preocupação do PAM de Rio Grande é que a estrutura mínima proposta traga para o PAM uma responsabilidade que deveria ser de quem traz o risco para o Porto, isto é, da empresa que sinistrou, a qual, ao passo que gera o risco, também lucra com a atividade econômica realizada, mas o risco ela poderá socializar na área portuária. Ou seja, diante de um evento ambiental, o plano de determinada empresa hipotética poderia ser “acionar o PAM”, que é quem tem uma assessoria ambiental, um respaldo logístico etc. Mas que a estrutura do PAM deve socorrer apenas na falta de recurso da empresa sinistrada e, a partir do acionamento do PAM, a logística de recursos como alimentação e deslocamento de trabalhadores, ação de rescaldo etc., continuaria a cargo da empresa sinistrada. Rosângela disse que isso já está no PCE. Antônio Carlos disse que a questão da responsabilidade é discutida depois que o risco estiver controlado, pois vai envolver a seguradora, quem vai pagar e quem vai receber. Mario lembrou que responsabilidade e resposta são coisas diferentes. A responsabilidade é sempre de quem causou o dano ambiental (princípio do poluidor-pagador), mas a resposta nem sempre é de quem causou, pois, às vezes, quem causou não tem condições de dar a resposta. Cleiton disse que a redação do PCE parece estabelecer um plano singelo, que teria que constar no PCE, no mínimo, um plano de gestão de crise, com responsabilidades dentro da empresa, tais como: quem fala em nome da empresa? Quem libera o dinheiro? Quem cuida da logística? Quem comanda os recursos humanos? Quem garante a ação de rescaldo? Além de recursos e uma estrutura logística para isso. Entende que a discussão deve ainda retornar ao PCE para que ficasse clara a obrigação de um plano de gestão de crise para os terminais. Evandro disse ter entendido que a proposta do organograma é apresentar quem são os capacitados para cada frente de atuação e não que cada coordenador seja o responsável por cada frente de atuação. Ao fim, ficou de cada bancada estudar melhor o tema, que estaria no item 29.8.4. Mauro disse concordar com a proposta de colocar o organograma como anexo. Mario entende que a estrutura organizacional não deve estar pronta em forma de organograma, mas que a Norma deve

apresentar o mínimo que a estrutura de um PAM deve ter, e depois cada PAM arruma sua estrutura com o mínimo que a Norma exige.

Seguiu-se para o próximo item da pauta: informes e outros assuntos. Primeiro a coordenadora informou que a próxima reunião estava prevista para Vitória em 22 e 23 de novembro. Mas que o Elton, novo chefe da CGNOR, que entrou no lugar do Rômulo, gostaria de fazer pelo menos uma reunião do ano em Brasília, para ter um retrato do funcionamento das comissões. Que o regimento da CPNP prevê duas reuniões no ano, mas que ultimamente eram realizadas três reuniões, com a última em Vitória/ES, sem visita, onde se fazia o planejamento para o ano seguinte. Rosângela disse que neste ano pode ser que nem tenha reunião, mas caso houvesse, propôs que fosse transferida para Brasília, certamente sem visita, isto é, reunião de apenas um dia, o que foi aceito por todas as bancadas. Antônio Carlos trouxe outro assunto geral que é a realização do Congresso Nacional de Saúde e Segurança do Trabalho Portuário e Aquaviário, que, a princípio, seria no ano que vem. Mas que, na última reunião do Conselho Executivo do Congresso, ocorrida há um mês, a realização do 5º Congresso foi transferida para 2019 em Recife/PE. Rosângela informou que seria a última reunião que participaria, eis que está deixando a representação na Comissão. Informou que o coordenador será o Auditor Fiscal do Trabalho Cláudio Busquet Tarifa, lotado em São Sebastião/SP. Rosângela agradeceu a participação de todos, especialmente dos convidados que representavam os PAMs dos portos de Santos e de Rio Grande, e encerrou a reunião.